

# NOTA TÉCNICA

## Programa “Mulher, Viver Sem Violência”

### INTRODUÇÃO

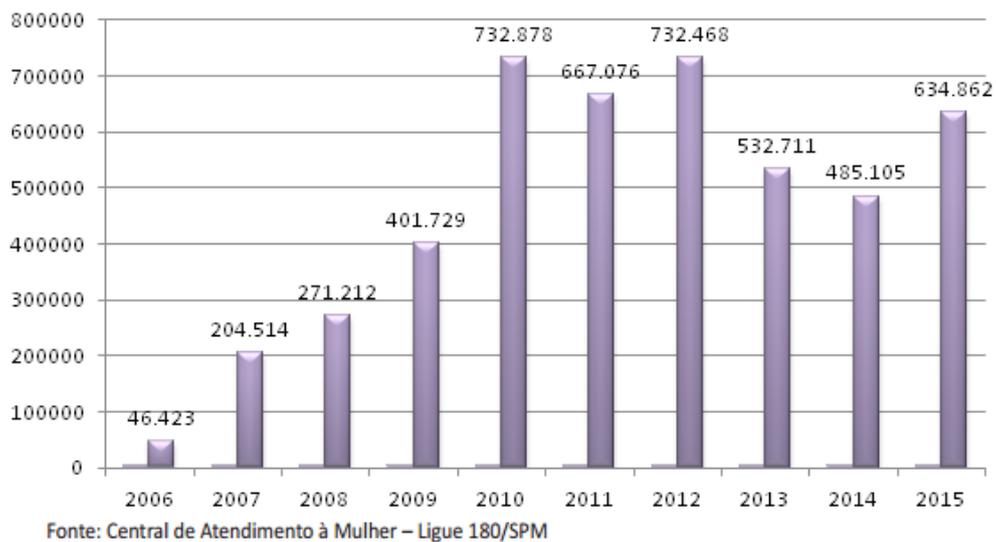
Nas últimas décadas, são inegáveis os avanços que a condição de vida das mulheres no Brasil adquiriu. As mulheres se escolarizaram mais, viraram maioria da força de trabalho, alçaram-se aos cargos de chefia, organizaram-se mais para vocalizar suas demandas, disputaram com a sociedade o direito sobre sua autonomia e questionaram o modelo tradicional de família chefiada por homens, entre tantos outros avanços. A participação política das mulheres e a sua ocupação de cargos eletivos, considerados de poder e destaque na nossa sociedade, ainda está muito aquém dos avanços adquiridos em outras dimensões da vida cotidiana.

As mulheres ainda são vítimas diárias das violências físicas culminando no feminicídio e de tantas outras violências simbólicas. Sofrem com a discrepância de salários entre homens e mulheres mesmo quando exercem a mesma função e com a sobrecarga diária de trabalho doméstico, e ainda encontram dificuldades de ascender aos postos de gerência nas suas carreiras, independentemente de área de atuação. Sobretudo sofrem com os julgamentos morais, comportamentais e culturais que ainda permeiam as suas vidas cotidianas.

O resultado dessas violências e constrangimentos diários é que as mulheres continuam tendo menos oportunidades que homens de exercerem suas capacidades e vontades. Uma década e meia depois de políticas de gênero, do fortalecimento institucional da Secretaria de Políticas para Mulheres, que passou de órgão de assessoramento para Secretaria com status de Ministério, de leis como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, da implementação do Ligue 180, das Patrulhas da Maria da Penha, da construção de programas de autonomia econômica da mulher, da realização de

conferências nacionais para debater os temas das mulheres, entre tantas outras ações, os números da violência contra a mulher ainda são assustadores. Em que pese uma certa manutenção dos números de denúncias de 2010 para cá (gráfico 1: total de atendimentos por ano), segundo relatório divulgado pela SPM, o serviço Ligue 180 recebeu 179 denúncias por dia de violências contra mulheres, ou pouco mais de 63 mil denúncias e 58,5% dos relatos de violência foram cometidos contra mulheres negras.

**Gráfico 01: Total de Atendimentos por Ano**



Fonte: SPM, Balanço 2015 – Dados do Ligue 180<sup>1</sup>

### **Programa “Mulher, Viver Sem Violência”**

O Programa Mulher, Viver Sem Violência foi um programa criado pelo decreto n. 8086 de 30 de agosto de 2013, cujo objetivo principal era integrar e ampliar os serviços públicos existentes voltados às mulheres em situação de violência, mediante a articulação dos atendimentos especializados no âmbito da saúde, da justiça, da rede socioassistencial e da promoção da autonomia, sob coordenação da então Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República.

<sup>1</sup> Balanço disponível em: <http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/balanco180-10meses-1.pdf>

As ações do programa integram a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e seguem as diretrizes de ação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Foram concatenadas a partir dos diagnósticos de violência no país e da necessidade de se investir nessas ações para fortalecer uma cultura de não violência contra as mulheres, mas, ao mesmo tempo, dando conta das ações de acolhimento, encaminhamento de denúncias, proteção, investigações, e todas as outras dimensões que envolvem as medidas de enfrentamento à violência contra as mulheres.

O programa tem 5 eixos principais de atuação, sendo eles:

- **Casa da Mulher Brasileira**

- **Diferencial da Casa da Mulher Brasileira:** Não é apenas centro de referência para acolhimento, na qual a mulher é acolhida após situação de violência. Mas um local no qual a mulher é atendida na sua complexidade, tentando dirimir todas as dimensões de sua vulnerabilidade: acolhimento, autonomia econômica, apoio psicossocial, defensoria pública.
- **Áreas de atuação na Casa da Mulher Brasileira**
  - **Recepção, Acolhimento e Triagem:** Porta de entrada da Casa da Mulher Brasileira. Formar um laço de confiança, agiliza o encaminhamento e inicia os atendimentos prestados pelos outros serviços da Casa.
  - **Serviço de Promoção de Autonomia Econômica:** Neste serviço as mulheres podem solicitar o cadastro em programas de assistência e de inclusão social, qualificação profissional e de inserção no mercado de trabalho.
  - **Apoio Psicossocial:** A equipe multidisciplinar presta atendimento psicossocial continuado para ajudar a superar o impacto da violência sofrida.
  - **Delegacia Especializada:** É a unidade da Polícia Civil para ações de prevenção, proteção e investigação dos crimes de violência doméstica e sexual, entre outros.

- **Promotoria Especializada:** Promove a ação penal para crimes de violência contra as mulheres. Atua também na fiscalização dos serviços da rede de atendimento.
  - **Defensoria Pública:** Orienta as mulheres sobre seus direitos, presta assistência jurídica e acompanha todas as etapas do processo judicial.
- **INVESTIMENTOS PLANEJADOS:** R\$ 303 milhões
  - **Hoje: *Em funcionamento*** A Casa da Mulher Brasileira já existe nas capitais de Mato Grosso do Sul, Paraná e Distrito Federal; **A *inaugurar*** Pronta desde novembro de 2016, a Casa da Mulher Brasileira de São Paulo continua fechada; ***Em construção*** 3 casas estão em construção desde o governo Dilma, mas sua inauguração pode não ocorrer pela ausência de investimentos – Boa Vista, Campo grande, Porto Velho e São Luis;  
***Governo do Golpe abandonou o projeto das CMB*** Em agosto de 2016, a Secretária da SPM, Fatima Pelaes, prometeu a inauguração de mais três casas da mulher brasileira até o fim daquele ano<sup>2</sup>. Até hoje, abril de 2017, nenhuma nova casa foi inaugurada.
- **Ampliação da Central 180**
    - Serviço de Atendimento Nacional de Denúncias de Violência contra as Mulheres
    - INVESTIMENTOS PLANEJADOS: R\$ 25 milhões
    - **ENTREGUE:** A Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) lançou, nesta sexta-feira (06/03), em Brasília, **o Balanço 2014 da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180**. Na ocasião, a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Eleonora Menicucci, anunciou a ampliação do

---

<sup>2</sup> <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/08/casa-da-mulher-brasileira-tera-tres-novas-unidades-ate-o-fim-do-ano-diz-secretaria>

serviço para mais 13 países: França, Estados Unidos, Inglaterra, Noruega, Guiana Francesa, Argentina, Uruguai, Paraguai, Holanda, Suíça, Venezuela, Bélgica e Luxemburgo. A Central já atendia Espanha, Itália e Portugal.<sup>3</sup>

Com a ampliação, mulheres que vivem situações de violência nesses países poderão ligar para o 180 e receber o primeiro atendimento, para encaminhamento posterior dos seus casos ao Ministério Público, aos Juizados e a outros serviços especializados e esses países foram escolhidos porque as brasileiras que estão lá já apresentaram denúncias.

- **Organização dos Serviços na Saúde e na Coleta de Vestígios de Crimes Sexuais;**
  - Adequação do espaço físico dos IML para o Atendimento às Mulheres
  - Adequação da Rede Hospitalar de Referência
  - Capacitação de profissionais da área de segurança pública
  - Capacitação de profissionais do SUS para a coleta de vestígio e guarda da prova
  - **INVESTIMENTOS PLANEJADOS:** Da ordem de R\$ 20 milhões
  
- **Centro de Atendimento às Mulheres nas Fronteiras;**
  - Ampliação e melhoria dos três centros: Foz do Iguaçu, PR; Pacaraima, RR (fronteira com a Venezuela); Oiapoque, AP (fronteira com a Guiana Francesa)  
**INVESTIMENTO PLANEJADO:** R\$ 440 mil para cada centro (total: R\$ 1,3 mi)
  
  - Apoio à construção de 6 Novos Centros: Brasiléia, AC (fronteira com a Bolívia); Corumbá, MS (fronteira com a Bolívia); Santana do Livramento, RS (fronteira com o Uruguai); Jaguarão, RS (Fronteira com o Uruguai); Bonfim, RR (fronteira com a Guiana); Ponta Porã, MS (fronteira com o Paraguai);  
**INVESTIMENTO PLANEJADO:** R\$ 500 mil para cada centro (total: R\$ 3 milhões)

---

<sup>3</sup> <http://www.spm.gov.br/noticias/spm-anuncia-ampliacao-da-central-de-atendimento-a-mulher-para-13-novos-paises>

**STATUS:** Corumbá (Entregue); Santana do Livramento (Entregue); Foz do Iguaçu (Entregue); Oiapoque (Entregue); Bonfim (Entregue); Ponta Porã (em construção); Jaguarão (Sem informação); Pacaraima (Entregue em 2012, sem informação sobre reformas);

- **Campanhas Continuadas de Conscientização;**

- 5 Campanhas em Dois anos com temas como estímulo à denúncia, lei maria da penha e Ligue 180;
- INVESTIMENTO PLANEJADO: R\$ 100 MILHÕES
- **REALIZADAS**

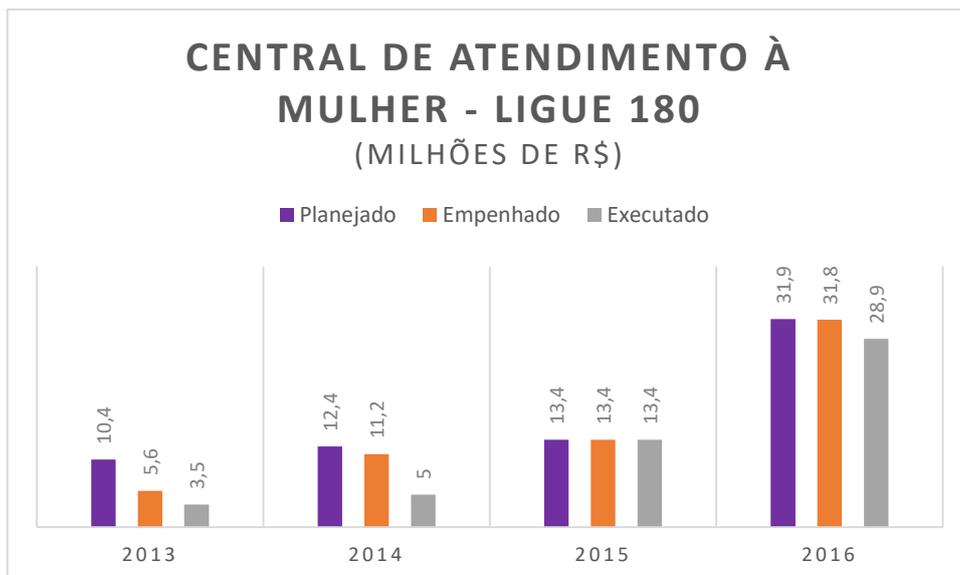
- **Unidades Móveis para em Situação de Violência no Campo e na Floresta;**

- Aquisição de 54 ônibus: dois para cada estado da federação e 2 para o DF;
- INVESTIMENTO PLANEJADO: R\$ 30 milhões em aquisição de veículos; Manutenção R\$ 10 milhões.
- **ENTREGUES**

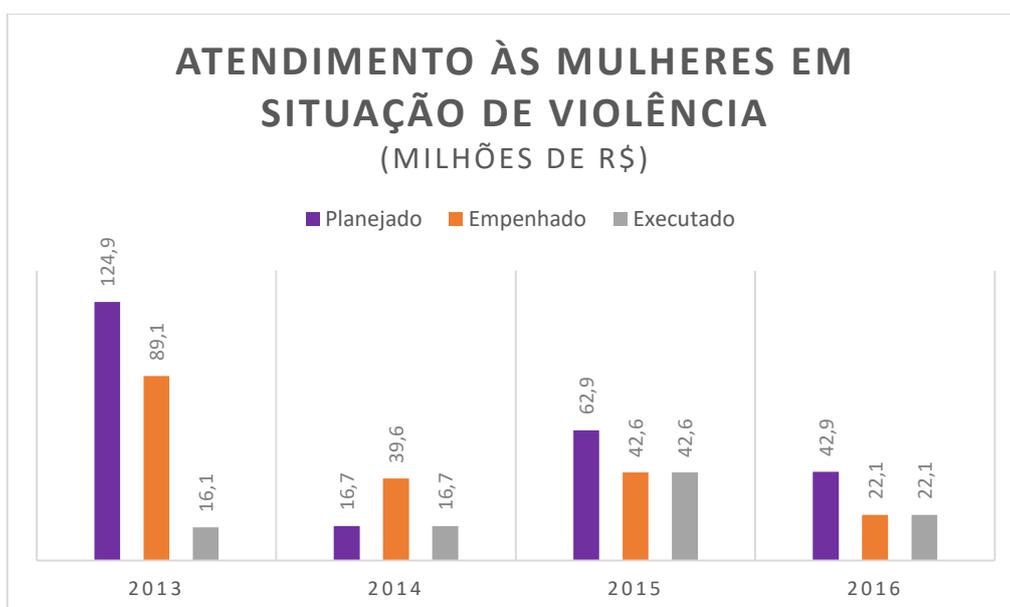
## **INVESTIMENTOS 2013 – 2016**

A seguir, mostraremos os investimentos realizados (executados) entre os anos de 2013 e 2016 em cada uma das ações principais que envolvem o programa. As ações de 2017 serão mostradas mais à frente, como planejadas, empenhadas e o que já foi executado. Os dados são do portal SIGA BRASIL do Senado Federal.

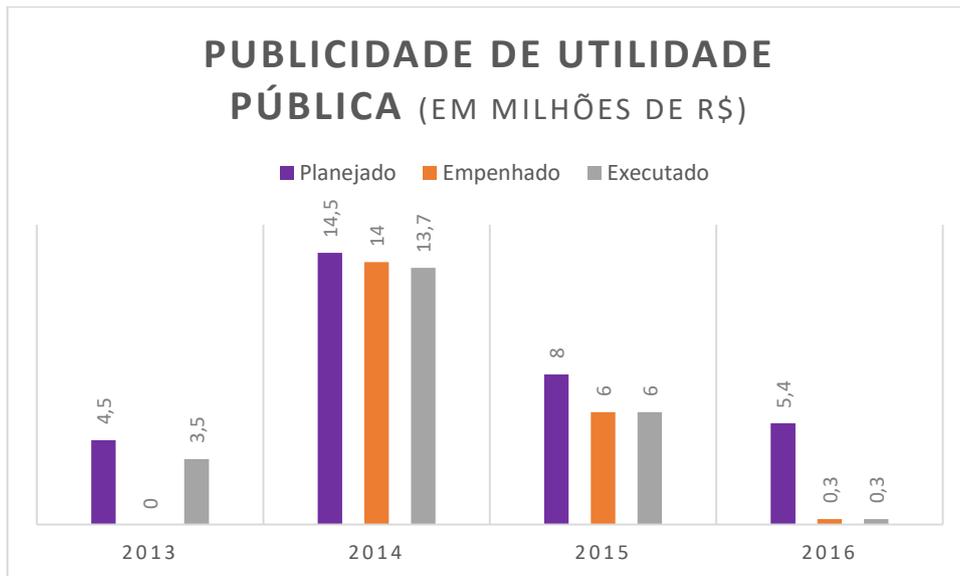
Sobre a Central de Atendimento à Mulher, o Ligue 180, nos anos de 2015 e 2016, investimos respectivamente 31,8 e 28,9 milhões. Os gastos com a manutenção desse serviço incorporam boa parte do orçamento destinado à área da mulher.



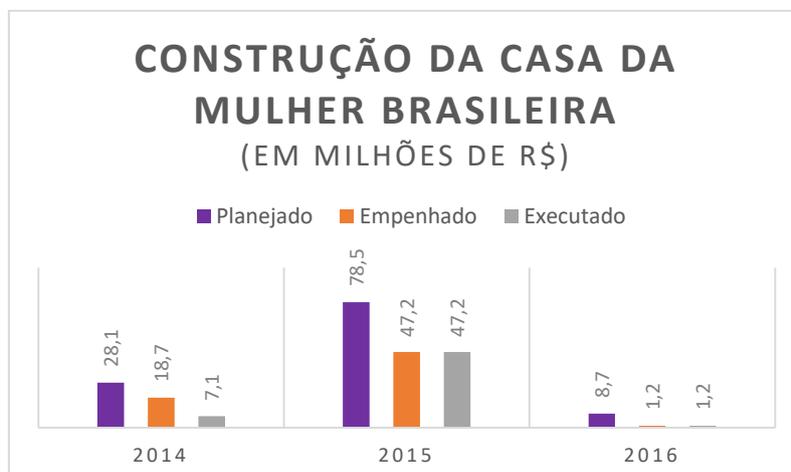
Sobre as ações de atendimento às mulheres em situação de violência, os maiores investimentos ocorreram em 2015, e direcionaram-se às ações e serviços em diversos setores, como assistência social, justiça, segurança pública e saúde por todo o país, visando ampliar e melhorar a qualidade do atendimento às mulheres em situação de violência. Essa ação também visou apoiar estados e municípios na realização dessas atividades.



De 2013 a 2016, a SPM realizou diversas campanhas públicas de conscientização da população sobre os direitos das mulheres, sobre o enfrentamento à violência contra as mulheres e seus canais de denúncia, e sobre a Lei Maria da Penha. Exemplos de campanha foram a campanha dos 9 anos da Lei Maria da Penha, a campanha para a saúde de mulheres lésbicas e bissexuais, a campanha “Violência contra a Mulher - Eu Ligo” de divulgação do Ligue 180 em 2014, entre outras.



Grande parte dos investimentos feitos na casa da mulher brasileira foram executados em 2015. Para viabilizá-las, o governo também trabalhou com a cessão de terrenos de outros entes federais e estaduais, aportou recursos de outras rubricas (atendimento à violência contra a mulher) e fez parceria com governos estaduais e municípios.

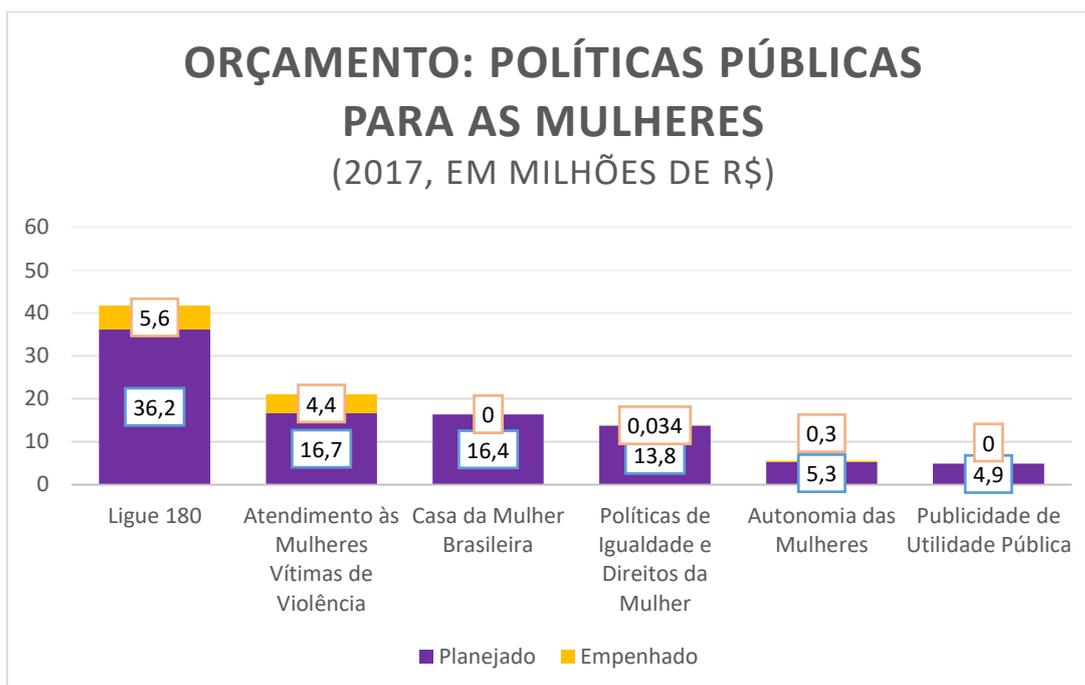


## ORÇAMENTO – 2017

O orçamento é uma das principais ferramentas por meio da qual podemos observar as prioridades da gestão do executivo. Em 2017, é possível observar que as rubricas destinadas ao cumprimento dos planos e ações voltadas à proteção da mulher e à promoção de seus direitos.

Como se pode perceber, o Ligue 180 passa a ser a ação orçamentária mais importante. O seu aumento no orçamento planejado é esperado, e não significa que mais recurso está sendo destinado ao programa, mas sim que os custos aumentam de ano a ano e esse orçamento em LOA prevê isso. A questão é que o orçamento em LOA nem sempre é o orçamento executado. Em um cenário de retração de investimentos, onde as áreas sociais são invariavelmente mais afetadas, é quase possível dizer que o órgão responsável pela execução desse serviço não conseguirá destinar toda a verba planejada para ele, o que acarretará no seu enfraquecimento.

À casa da mulher brasileira, com a perspectiva de inauguração breve de 3 casas, conforme promessa da atual Secretária das Mulheres, o orçamento de 16,4 milhões é claramente insuficiente para tal. A execução de 0 % do orçamento até abril de 2017, segundo dados do SIGA BRASIL, mostra que não é por acaso que as entidades da sociedade civil estão reclamando ou da dificuldade de fazer esses equipamentos funcionarem bem em suas regiões ou da demora na entrega.



## **BAGUNÇAS NA ESTRUTURA**

A desorganização estrutural do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, colocando a Secretaria de Políticas para Mulheres no Ministério da Justiça, e depois colocando-a no Ministério dos Direitos Humanos, entre tantas outras descontinuidades ou “bagunças” institucionais, impactou diretamente na forma como as políticas públicas para mulheres foram – ou não - executadas.

Em que pese o compromisso ao menos público de Fátima Pelaes de continuar executando políticas primordiais para as mulheres, como as casas da mulher brasileira e o Ligue 180, as casas prometidas para 2016 não saíram do papel, casas como a de São Paulo estão prontas, com orçamento repassado, e não abriram, e a Ministra Luislinda Valois já indicou que gostariam de fundir os serviços do Disque 100 com o Ligue 180, uma vez que tal fusão ajudaria na “gestão” e economizaria recursos do novo órgão (Ministério dos Direitos Humanos) ainda em formação.

## **TEMER E ALEXANDRE DE MORAES: Plano de Medidas de Combate à Violência contra a Mulher anunciado em Março/2016**

Em 31 de março de 2016, a reboque do caso de estupro coletivo contra uma menor na zona oeste do Rio, no dia 21 de março, o governo de Michel Temer se reuniu com secretários de segurança pública dos Estados para anunciar um plano de medidas de combate à violência contra a mulher.

Anunciou-se, para viabilizar as ações do plano, a formação de um grupo de trabalho formado pelos titulares da Secretaria Nacional de Segurança Pública, Secretaria Especial de Direitos Humanos e Secretaria Especial de Política para as mulheres, além de representantes dos estados.

Como suas primordiais ações, o núcleo iria solicitar a criação de um departamento dentro da Polícia Federal – que não foi criado - para contribuir com a repressão da violência contra a mulher.

Alexandre de Moraes anunciou à época que verbas seriam realocadas para a compra de horas de descanso de policiais locais, para fortalecer patrulhamento e investigação

em áreas onde há maior número de casos de violência de gênero e medidas restritivas, como as definidas pela Lei Maria da Penha.

Os repasses, conforme o governo, sairiam do orçamento da Força Nacional de Segurança.

Além dessa, outras ações anunciadas nesta terça já têm rubricas no Orçamento federal e iniciativas análogas àquelas construídas durante os Governos Lula e Dilma.

O chamado "núcleo federal de enfrentamento à violência de gênero" corresponde à "ação de atendimento às mulheres em situação de violência", administrada pela Secretaria de Política para as Mulheres. Essa ação orçamentária financia a "Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher", cujo objetivo, conforme consta de suas diretrizes "atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção; e de políticas que garantam o empoderamento das mulheres e seus direitos humanos".

Já o "cadastro nacional de medidas restritivas contra agressores" consta do escopo da ação do Ligue 180.

### **ONDE QUEREMOS AVANÇAR**

- Construção, finalização e entrega das Casas da Mulher Brasileira. Ainda temos 3 capitais brasileiras sem absolutamente nenhum tipo de centro de referência de apoio à mulher vítima de violência (Aracaju, Cuiabá e Vitória);
- Manutenção e expansão do Ligue 180 – Garantia de que um serviço criado no Governo Lula (2005) que se tornou referência nacional de denúncia de abusos contra as mulheres continue a operar. A junção desse serviço com o Disque 100 (Direitos Humanos) descaracterizaria toda uma cultura criada em torno da denúncia específica de violência contra a mulher, e também desmobiliza uma rede de apoio já integrada ao sistema hoje.

- O desmonte da SPM serve de “exemplo” para que gestores estaduais e locais desmobilizem seus “organismos de políticas para mulheres (OPM); algumas cidades do país como São Paulo e Curitiba já não tem mais Secretarias exclusivas para cuidar da temática da mulher em seus municípios, e as ações nos territórios locais ficam deixadas de lado;

- ONU Mulheres já externou preocupação com relação ao novo arranjo institucional do Ministério dos Direitos Humanos, já que, principalmente na temática das mulheres, ele não contempla as condições que acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, para os organismos nacionais de políticas para as mulheres.<sup>4</sup>

- Implementação nas cidades das diretrizes do Pacto nacional de enfrentamento à violência contra a mulher ficam enfraquecidas, precisamos retomá-las e dar seguimento à resolução da 4ª Conferência Nacional das Mulheres realizada em abril de 2016;

- Agenda 2030 dos “ODS”, a agenda global dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, em seu Objetivo 5<sup>5</sup>, trata exclusivamente de gênero -Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. O Brasil, como parte do pacto por essa agenda, deve cumprir seus requisitos como:

- Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis;
- Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública
- Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais;

---

<sup>4</sup> <https://nacoesunidas.org/onu-mulheres-considera-preocupante-mp-das-secretarias-de-politicas-para-mulheres-e-igualdade-racial/>

<sup>5</sup> <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods5/>

